

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Apoio foi feito pelas redes sociais ao lado do prefeito

Coruja reafirma seu apoio ao prefeito Hingo

O vereador e presidente da Câmara Municipal, Júnior Coruja (PSD), reafirmou seu apoio ao prefeito Hingo Hammes (PP). Por meio de um vídeo compartilhado nas redes sociais, Coruja afirma que estão mais juntos do que nunca em prol do desenvolvimento de Petrópolis e que boatos de um possível conflito, não procedem. Ele ainda citou a reunião que teve

recentemente com o seu partido, visando as eleições de 2026. Enquanto presidente do legislativo, Coruja fará com que as pautas do governo sejam votadas e que o executivo poderá contar com o seu "sim". Contudo, pensando na cadeira de Deputado Estadual na Alerj, no ano que vem, os dois deverão se "separar", já que os partidos concorrerão separadamente.

Dudu também concorrerá

Quem também está almejando uma das 70 cadeiras na assembleia é o vereador Dudu (União). Além de frequentemente postar fotos ao lado do Governador Cláudio Castro (PL) e secretários de estado como por exemplo, Bernardo Rossi. Dudu sempre ressalta o trabalho

feito pelo executivo estadual em Petrópolis durante as sessões legislativas. O vereador também tem atuado em prol do governo de Hingo Hammes (PP) e teve seu nome citado como pré-candidato a deputado estadual em um dos portais de notícias de Petrópolis.



Divulgação

Presidência foi alterada neste mês

Sérgio Mattos assume presidência da APPO

A Associação Petropolitana dos Pacientes Oncológicos (APPO) deu posse à nova diretoria neste mês de julho, consolidando uma transição de liderança que reforça a continuidade do trabalho e a união de quem há décadas se dedica à causa oncológica em Petrópolis. Sérgio Mattos assume oficialmente a presidência da instituição, enquanto

Ana Cristina Mattos, uma das fundadoras e principal liderança da entidade, retorna ao cargo como vice-presidente. Após enfrentar uma grave enfermidade, Ana Cristina Mattos retoma seu papel histórico na Associação Petropolitana dos Pacientes Oncológicos, que mantém sua diretoria voluntária, equipe técnica e missão inalteradas.

Déficit nas doações

O Banco de Sangue Santa Teresa emitiu um novo apelo à população: os estoques continuam extremamente baixos. A instituição está operando com uma média diária de apenas 13 a 20 doadores, quando o ideal seria 50. A situação é crítica e pode comprometer os atendimentos hospi-

talares e a recuperação de pacientes que dependem de transfusões. Neste período de férias, historicamente, há uma queda nas doações, pois muitos doadores viajam. O comportamento, somado ao frio e ao aumento de doenças respiratórias, contribui para o esvaziamento dos estoques.

Estoque crítico

A coordenadora informou que os estoques estão 75% abaixo do nível ideal, com maior necessidade do tipo O negativo, mas todos os grupos são essenciais neste momento. O Banco de Sangue Santa Teresa funciona todos os dias, das 7h às 18h, inclusive aos finais de semana e feriados. Para

doar é necessário apresentar um documento oficial com foto (RG, CNH etc.) em bom estado de conservação, ter idade entre 16 e 69 anos desde que a primeira doação seja realizada até os 60 anos, pesar a partir de 50 kg e ter dormido ao menos 6h na última noite.



A nova lei prevê a divulgação da lista de aprovados por cargo e região

Prefeitura dá continuidade as convocações da educação

Administração afirma que medida corrige déficit histórico

Por Gabriel Rattes

A Prefeitura de Petrópolis informou ao Correio Petropolitano que iniciou o processo de nomeação dos aprovados no concurso público da Secretaria de Educação, realizado em 2022. A medida foi possível após a aprovação de uma nova legislação municipal no dia 16 de julho, que ampliou o número de cargos efetivos disponíveis na rede de ensino. Segundo o Executivo, a nova lei ajusta a quantidade de vagas de acordo com a demanda da rede municipal, sem criar novas funções. Com isso, o município afirma estar corrigindo um gargalo histórico na Educação, que acumula um déficit de cerca de 1.100 profissionais.

Ainda de acordo com a Prefeitura, a convocação de parte dos aprovados já havia ocorrido em dezembro de 2024. No entanto, na época, a legislação vigente não previa número suficiente de cargos para a efetivação dos candidatos, o que impediu o avanço do processo. Com a adequação legal agora em vigor, o processo admissional dos convocados já está em curso.

A Prefeitura informou também que, após essa etapa, será publicada a lista de substituição dos candidatos desistentes, permitindo a continuidade das nomeações. A administração

reforçou que a medida "valoriza o quadro permanente da Educação".

Mais transparência nos concursos

Além da ampliação dos cargos, outra ação recente voltada à área de concursos foi a sanção da Lei Municipal nº 9.054/2025. A nova norma, de autoria dos vereadores Professora Livia e Léo França, obriga a Prefeitura a manter atualizadas, no site oficial, todas as informações sobre concursos públicos — da publicação do edital à nomeação e posse. O objetivo é garantir transparência e facilitar o acesso da população aos dados sobre cada etapa dos certames.

A lei, sancionada neste mês pelo prefeito Hingo Hammes, prevê ainda a divulgação da lista de aprovados por cargo e região, dados sobre exames exigidos, situação da lista de espera e eventuais recursos administrativos ou judiciais. O prazo para atualização é de até 30 dias após qualquer alteração na situação do concurso, e 45 dias para concursos já homologados.

Manifestação cobra agilidade e transparência

Mesmo com o avanço informado pela Prefeitura, aprovados no concurso da

Educação realizaram uma manifestação na manhã desta segunda-feira (29), em frente à sede da Secretaria Municipal de Educação, na Praça da Águia, no Centro.

O grupo cobra mais agilidade nas nomeações e questiona a falta de informações claras sobre o andamento do processo. Muitos dos convocados afirmam já ter escolhido as escolas em que estarão lotados, mas seguem sem tomar posse, mesmo com o início do segundo semestre letivo.

Presente no ato, a vereadora Júlia Casamasso criticou a falta de transparência por parte da Prefeitura e informou que enviou um novo requerimento ao Executivo pedindo dados atualizados sobre as nomeações e eventuais desistências.

"Desde 2023 estamos cobrando isso. A gente precisa de um processo transparente, para saber quem foi convocado, quem tomou posse e quem desistiu. Isso valoriza o servidor e fortalece o serviço público e a previdência", afirmou a parlamentar. Ela também destacou que a prorrogação da validade do concurso até 2026 foi garantida por meio de uma lei aprovada na Câmara, diante da carência de profissionais e do alto número de contratos temporários e terceirizados na rede municipal.

Concurados da Guarda Civil

Aprovados no concurso de 2005 da Guarda Civil também cobram posse. Eles entraram com uma ação judicial coletiva na 4ª Vara Cível de Petrópolis para garantir o direito à nomeação. Segundo os autores, todos os trâmites foram concluídos, inclusive exames físicos e investigação social. No entanto, o grupo segue sem ser chamado.

O concurso foi homologado em 2008 e teve validade prorrogada até 2010. Desde então, nenhuma gestão municipal avançou na resolução do caso. O grupo baseia parte de sua argumentação na Lei Municipal nº 8.026/2020, que suspendeu prazos de concursos durante a pandemia e impede a realização de novos certames enquanto houver aprovados aguardando nomeação nas áreas de segurança e saúde.

O grupo argumenta que há orçamento disponível para as nomeações e que, em vez disso, a Prefeitura tem arcado com o pagamento excessivo de horas extras. A defesa também cita casos em que a Prefeitura nomeou servidores com base na mesma lei, como agentes de saúde, e cobra tratamento isonômico.

Questionada sobre o caso da Guarda Civil, não recebemos uma resposta da Prefeitura de Petrópolis até o fechamento desta edição.

Demolições no Quitandinha causam polêmica e são interrompidas

Por Gabriel Rattes

Uma operação de demolição realizada na manhã desta terça-feira (29/7), no Quitandinha, causou polêmica entre moradores e foi interrompida. A ação, determinada pela Justiça Federal, teve como alvo construções não habitadas consideradas irregulares em áreas de preservação ambiental e risco geológico.

A operação aconteceu nos arredores do conjunto habitacional Rayane Aparecida Figueiras Lourenço e cumpria decisão judicial do dia 26 de junho de 2025, em um processo movido pelo Ministério Público Federal contra o município de Petrópolis. O juiz federal Cesar Manuel Granda Pereira autorizou a demolição de obras em andamento, além de anexos como garagens e pequenos comércios construídos sem autorização — nenhuma residência habitada poderia ser derrubada.

"O município de Petrópolis é réu de um processo desde 2002 a fiscalizar e remover construções irregulares no entorno do Condomínio Rayane. Hoje, apenas construções não habitadas foram demolidas. São construções em área de floresta, de Mata Atlântica



Divulgação

Nova audiência foi marcada para o dia 20 de agosto na 1ª Vara Federal de Petrópolis

e área de risco. Algumas, inclusive, já estavam inclinadas no barranco mesmo, prontas para cair. Nenhuma construção habitada foi demolida, até porque não pode ser feito dessa forma", explicou um representante do ICMBio. Ainda de acordo com ele, não foi possível continuar a ação "devido ao conflito gerado na região".

A mobilização envolveu agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Defesa Civil, da Secretaria de Obras, da Secretaria de Planejamento, da Assistência Social, da Comdep e do 26º Batalhão da Polícia Militar. Um relatório técnico deverá ser produzido com o mapeamento das áreas impactadas.

Ainda de acordo com o ICMBio, os moradores das construções habitadas foram previamente

identificados e cadastrados pela Assistência Social do município, que poderá incluí-los em programas de aluguel social. As demolições desses imóveis habitados deverão ocorrer apenas após a realocação das famílias.

Audiência marcada

A Justiça Federal agendou uma audiência para o dia 20 de agosto de 2025, às 14h, na 1ª Vara Federal de Petrópolis. O encontro vai tratar do cumprimento da sentença e dos desdobramentos sociais da operação. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) foi admitido no processo como colaborador técnico.

Apesar de o despacho judicial mencionar a inclusão do (CDDH) como amicus curiae, a entidade afirma que não foi comunicada oficialmente sobre

a operação. "Embora o despacho mencione o CDDH como amicus curiae nestes processos, não tínhamos, até hoje, qualquer informação sobre a situação", afirmou Carla de Carvalho, representante do CDDH. "Estivemos em contato com a comunidade em 2019, quando alguns moradores nos procuraram, mas depois grupos partidários assumiram a interlocução com os moradores", comentou.

De acordo com uma nota oficial da Prefeitura de Petrópolis, foram demolidos: um muro e algumas vigas que estavam em área de risco, além de uma garagem e um curral em área de preservação ambiental.

"A Prefeitura reforça que nenhuma moradia habitada foi demolida e que cumpriu a ação judicial, iniciada em 2002".